

A Influência da Descentralização Fiscal no Perfil das Contas Públicas dos Municípios Cearenses

Paulo de Melo Jorge Neto

*Professor do Curso de Pós-Graduação em
Economia (CAEN) da UFC, Ph.D. em Economia
pela University of Illinois at Champaign-Urbana*

Resumo

Este trabalho investiga a relação da descentralização fiscal do Brasil com a capacidade dos municípios do Estado do Ceará em executar gastos que mantenham as contas públicas equilibradas. Constatou-se que enquanto a receita de transferência possui efeito negativo, a receita tributária possui um efeito positivo sobre o impacto de gastos com pessoal, gastos totais e o saldo orçamentário. Isto implica que a estrutura tributária e de repartição de receitas vigente tende a impossibilitar municípios maiores a atender às necessidades crescentes de sua coletividade.

Palavras-Chave:

Federalismo Fiscal; Finanças Públicas Municipais; Indicadores de Impacto Econômico; Descentralização Fiscal.

1 - INTRODUÇÃO

A estrutura de repartição de responsabilidades entre a união e cada unidade da federação no Brasil está baseada no artifício de transferências que forneçam os municípios com o mínimo de recursos necessários para assegurar a oferta adequada de bens e serviços. Tais transferências estão embutidas no fundo de participação dos municípios, quota parte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Territorial Rural (ITR) e Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA). Os municípios ficam responsáveis pelo esforço de arrecadação própria conforme a divisão dos tributos estabelecida pela estrutura tributária. Tal esforço se constitui basicamente no imposto sobre bens imóveis, Imposto Sobre Transmissão “Inter Vivos” (ITBI) e Imposto Sobre Serviços (ISS).

Dentro desse contexto surge a questão de como essa repartição de receitas possibilita os governos municipais a gastarem de modo a atenderem às demandas sociais. Investiga-se nesse trabalho se a capacidade dos municípios de gerar recursos são suficientes para financiar tais gastos, colocando-se em dúvida a real capacidade do governo municipal de alterar as condições de vida de sua população.

Constata-se inicialmente neste trabalho que o aumento do esforço de arrecadação do município não é suficiente para aumentar a carga tributária em termos de participação na renda. Isto ocorre muito embora a receita própria cresça em importância para os municípios mais ricos em relação à receita de transferências. Há um certo descompasso entre arrecadação e crescimento de renda, ou seja, o crescimento da arrecadação não cresce suficientemente com a renda para financiar um setor público mais atuante em um município mais rico. Para os municípios mais pobres, a grande participação do setor público está aliada ao financiamento de gastos por meio das transferências. A importância dos impostos cresce para os municípios maiores. Por outro lado, o papel do setor público municipal possui signifi-

cância maior numa razão inversa ao nível de crescimento econômico do município. Ou seja, quanto mais pobre a região maior é a dependência da população e das atividades econômicas com relação aos gastos do governo municipal.

Para melhor analisar a importância da estrutura do federalismo na caracterização dos gastos públicos municipais, busca-se classificar cada município conforme a magnitude de seus gastos e condição de ajuste fiscal. Esta classificação inclui não apenas o impacto dos gastos públicos, como também a forma de financiamento sustentável. Identificam-se quatro tipos de indicadores que refletem a importância do governo municipal na economia do município, tais como a importância dos gastos totais em termos de renda e em termos *per capita*, a importância dos gastos com investimento e capacidade de financiá-lo, as despesas com pessoal e um indicador de ajuste fiscal.

Estes indicadores foram calculados para o ano de 1995, verificando-se que o aumento da arrecadação tributária propicia um incremento para os indicadores de ajuste fiscal e indicadores de impacto dos gastos. Já o aumento das transferências mantém uma relação inversa com ambos tipos de indicadores. Isto mostra que a maior arrecadação dos impostos e das receitas de transferência, que poderiam de alguma forma financiar gastos maiores para municípios mais ricos não conseguem financiar gastos condizentes com o crescimento econômico.

A seção 2 a seguir faz uma análise geral sobre a caracterização dos municípios conforme a renda. A seção 3 desenvolve os indicadores sintéticos de impacto econômico. A seção 4 investiga a influência da estrutura do federalismo fiscal sobre esses indicadores de impacto e a seção 5 conclui.

2 - O PERFIL DAS CONTAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Este trabalho utiliza os valores de receitas e despesas orçamentárias dos municípios do Estado do Ceará para o ano de 1995 com os valores

em milhões de Reais de 1995¹. Os municípios de Crateús, Hidrolândia, Itatira, Lavras da Mangabeira, Quiterianópolis, Quixelô e Tururu estavam incompletos e foram desconsiderados da análise. Em toda a análise a seguir os municípios são agrupados em intervalos de renda².

A presente seção fará uma análise inicial descrevendo o impacto dos gastos municipais na economia do município. Para descrever tal impacto, serão consideradas a relação entre gastos totais e renda, gastos totais *per capita*, despesa com investimento e com pessoal *per capita*. Serão também considerados os pesos com gastos em investimento e com pessoal nos gastos totais, assim como a relação entre investimento e poupança. Como estas variáveis serão relacionadas com as variáveis de receitas, esta seção abrangerá também uma rápida análise de composição das receitas entre tributária e de transferência.

O GRÁFICO 1 mostra a irrisória participação da receita tributária no total das receitas (RT-BRT) assim como o aumento da importância dos tributos para os municípios mais ricos. A grande participação das receitas de transferência (RTFRT) no total das receitas para os municípios mais pobres ilustra o baixo poder de arrecadação e o alto grau de dependência externa para desenvolver projetos sociais e de infra-estrutura.

Observa-se que 96% dos municípios baseiam menos que 5% de suas receitas em impostos. Destacam-se com arrecadação superior a 5% da receita total: Fortaleza com 22,3%, Eusébio com 13,7%, Aquiraz com 9,5%, Caucaia com 8,5%, Horizonte com 6,4%, Crato com 5,5% e Maracanaú com 5,1%. Já 36% dos municípios apresentam a completa insignificância da arrecadação tributária com valores inferiores a 1%, des-

tacando-se os municípios de Monsenhor Tabosa, Irauçuba, Apuiarés e Potiretama com valores inferiores a 0,3%.

O GRÁFICO 2 ilustra como esses gastos são distribuídos, mostrando o comportamento do peso dos gastos com pessoal (DPDT) e com investimento (IDT) sobre as despesas totais. Todos os demais gastos estão relacionados em DouT. A média dos gastos com investimentos apresenta-se em torno de 13%. Como este indicador refere-se à prioridade do setor público em propiciar infra-estrutura para o desenvolvimento, tem-se que 16 municípios podem ser considerados como fortes indutores do desenvolvimento. Estes municípios apresentam valores para IDT superiores a 30%, sendo eles: Salitre, Nova Russas, Santa Quitéria, Trairi, Catarina, Juazeiro do Norte, Miraima, Choró, Solonópole, Pindoretama, Paramoti, Senador Sá, Reriutaba, Senador Pompeu, Penaforte, Pereiro. 110 municípios apresentam valores abaixo da média, destacando-se Barroquinha, Pedra Branca, Barbalha, Mucambo, Coreaú e Jucás com índices inferiores a 4%.

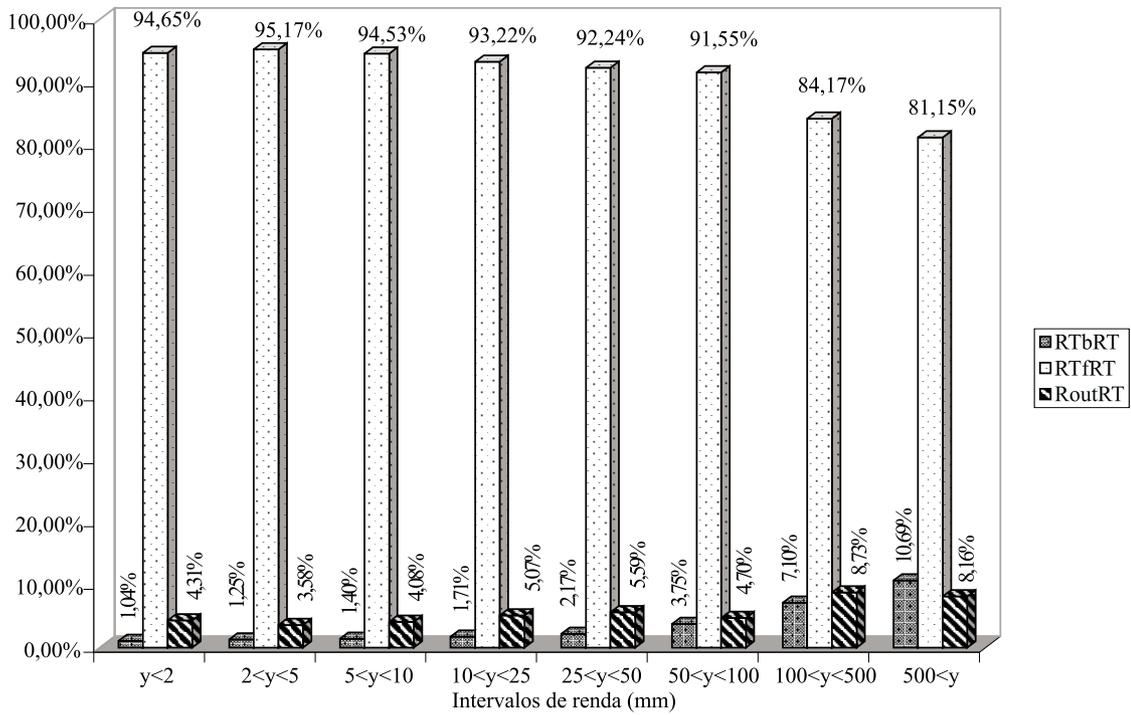
Observa-se que os municípios mais ricos e maiores tendem a despender proporcionalmente mais recursos com pessoal e menos recursos com investimento. A média do peso dos gastos com pessoal no gasto total é 32,35%. Destacam-se os municípios de Chaval, Pacatuba, Assaré e Sobral com valores acima de 50%; e Martinópoles, São Benedito, Pindoretama e Nova Russas com valores entre 10% e 13%.

Para analisar a importância do governo municipal na economia do município considera-se o peso dos gastos e despesas públicas como proporção da renda e da população. Dado o fato de que parte das receitas não são geradas pelo município, estes indicadores tendem a revelar o volume de recursos necessários para o atendimento das condições de vida mínima da população. Comparando estes dados com a renda da população tem-se a influência do grau de subdesenvolvimento das atividades produtivas e a conseqüente dependência com relação ao setor público.

¹ Os dados são originais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e foram repassados pela Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE).

² Os dados de renda foram fornecidos pelo IPLANCE como complemento aos valores de seu Anuário Estatístico.

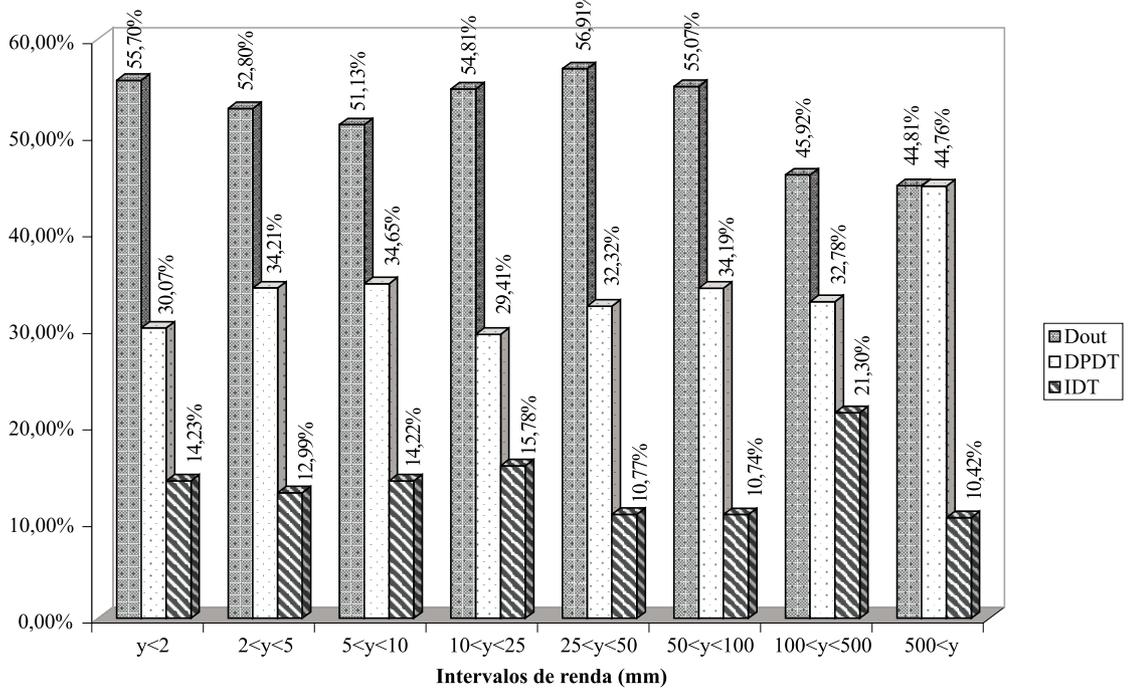
GRÁFICO 1
 Receitas
 Media das participacoes



FONTE: Elaboração do autor.

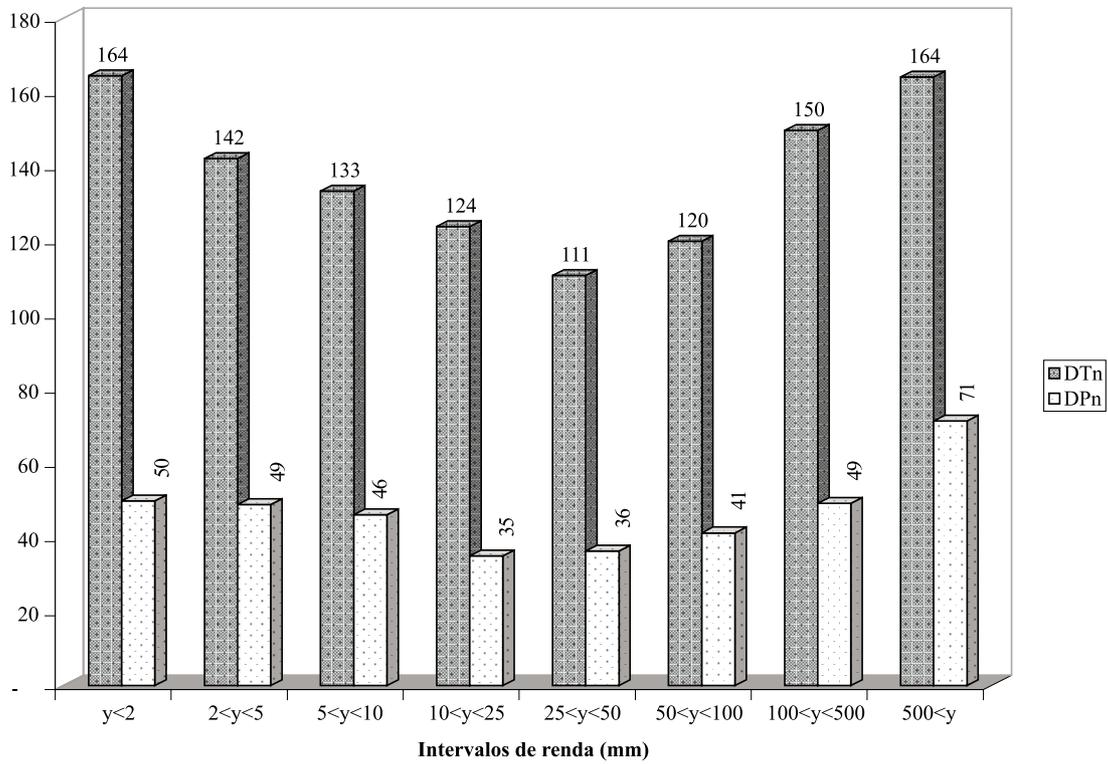
GRÁFICO 2

Despesas
 Media das participacoes



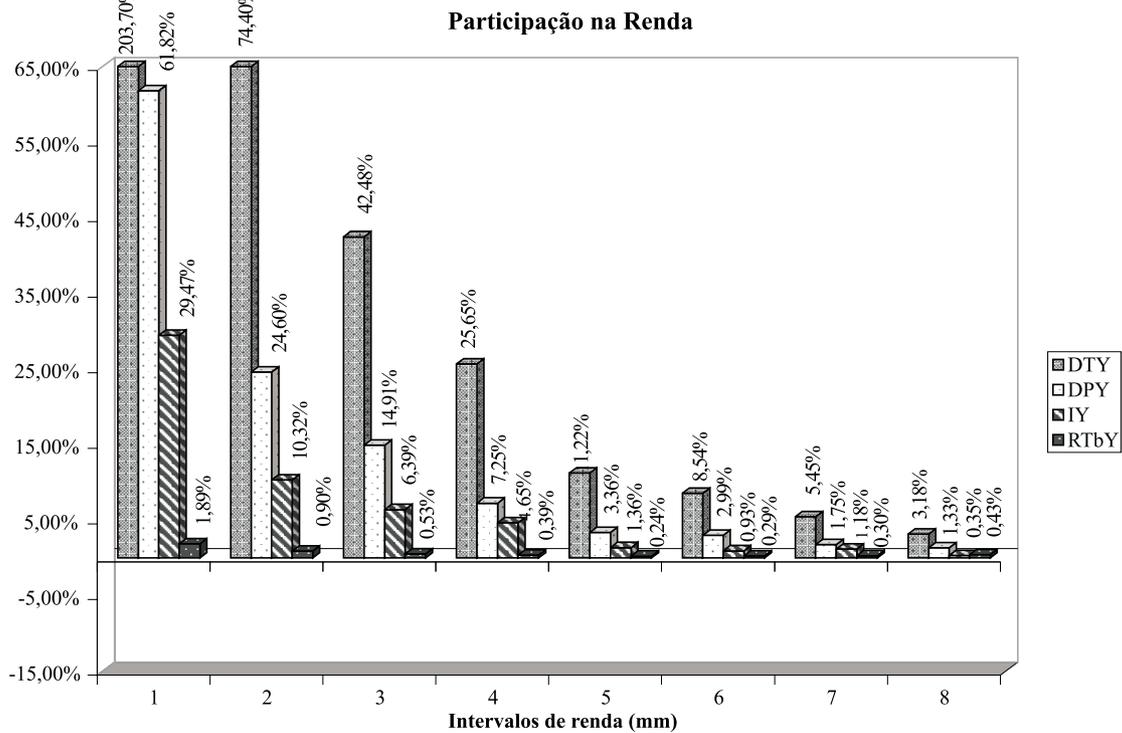
FONTE: Elaboração do autor.

GRÁFICO 3



FONTE: Elaboração do autor.

GRÁFICO 4



FONTE: Elaboração do autor.

O total das despesas dividido pela população do município (DTn) reflete o impacto dos gastos públicos em termos populacionais, indicando a capacidade do governo de manter um certo nível de condição de vida da população. Consta-se que os municípios despendem em média R\$ 141,00 por habitante, destacando-se Antonina do Norte com R\$ 308,00 e Pacujá com R\$ 280,00 enquanto que os de menor representatividade são Tauá, Camocim, Morada Nova e Itapipoca com valores inferiores a R\$ 85,00. O GRÁFICO 3 mostra que há uma reversão da tendência decrescente de DTn para os municípios a partir de um certo nível de desenvolvimento. Tal relação indica que o aumento dos gastos não cresce à medida que a população cresce, ou seja, municípios pequenos gastam mais por habitantes que municípios médios. Inferre-se que o peso da urbanização tende a contrabalançar a tendência decrescente, já que os gastos *per capita* aumentam para os municípios mais ricos. Municípios maiores e mais ricos devem viabilizar o financiamento de seus gastos para atender às necessidades dos centros urbanos maiores. Municípios maiores, mais ricos e mais urbanizados conseguem gastar mais porque podem financiar estes gastos pela compensação de maior receita tributária, indicando que as receitas de transferências não são suficientes para manter o nível de gasto por habitante estável. No entanto, surge o dilema de se saber se os municípios pequenos têm na verdade um superdimensionamento do setor público. Esta análise será feita a seguir após as considerações sobre o item despesa de pessoal.

As despesas com pessoal dividida pela população do município (DPn) revelam a magnitude dos gastos públicos e a importância do setor público na geração de renda do município como empregador. A média de despesas gira em torno de R\$ 45,00 por habitante, destacando-se Maracanaú com R\$103,68 e São Benedito com R\$10,59. De modo geral o comportamento das despesas com pessoal *per capita* é idêntica ao comportamento dos gastos totais *per capita*. Para se analisar a possibilidade de superdimensionamento do setor público, investiga-se a seguir o impacto dos gastos na renda dos municípios.

O total de despesas orçamentárias dividido pela renda do município (DTY) reflete o peso dos gastos públicos na renda gerada pelo município, indicando de forma indireta a dependência do município em relação ao setor público. 37 municípios demonstraram um valor menor que 10%, destacando-se Fortaleza com 4,94%, Paracuru com 3,60%, Sobral com 2,35%, Eusébio com 2,26%, Maracanaú com 2,24%, Acarape com 2,21% e Horizonte com 1,99%. Os 19 municípios que possuem uma menor relação DTY constituem-se nos municípios de maior renda *per capita*. Como se observa no GRÁFICO 4, a maior capacidade de arrecadar impostos não reverte a tendência decrescente da importância dos gastos na renda municipal. As despesas com pessoal dividida pela renda do município (DPY) possuem um comportamento análogo ao das despesas totais. Como DTY e DPY indicam o peso dos gastos públicos na renda do município e estes valores diminuem acentuadamente para municípios maiores, tem-se que muito embora os gastos públicos tendessem a acompanhar o crescimento populacional, eles não acompanham o crescimento econômico dos municípios.

A razão entre o total dos gastos com investimento e a renda (IY), indicando o peso dos investimentos públicos, mostra a importância do setor público como indutor do desenvolvimento econômico e social. Observa-se que para 110 municípios o valor de IY é inferior a 10%, destacando-se Acarape, Maracanaú e Barbalha com valores inferiores a 0.3%. Os municípios de Miraima e Grangeiro apresentam valores superiores a 100%. O GRÁFICO 4 mostra a tendência declinante do peso dos investimentos na renda.

O GRÁFICO 4 também mostra que as receitas tributárias sobre a renda do município (RTBY)³ diminuem para os municípios maiores.

³ Onde as receitas tributárias consideradas são constituídas por: Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Venda de Combustíveis Líquidos e Gasosos a Varejo (IVVC) e taxas.

Esta razão declinante da carga fiscal indica que os municípios não realizam o seu potencial de arrecadação. Municípios mais pobres e menos desenvolvidos arrecadam proporcionalmente mais que municípios maiores e mais ricos. Apenas três municípios apresentam uma arrecadação tributária superior a 5% da renda: Tarrafas, Grangeiro e Tejuçuoca. Cerca de 70% dos municípios arrecadam a irrisória proporção de menos que 1% da renda. Destacam-se nessa situação os municípios de Sobral, Potiretama, Acarape, Jaguaruana, Apuiarés, Ibiapina, Paraipaba e Paracuru com valores inferiores a 0,1%. Esta incapacidade de arrecadar vai restringir sobremaneira o padrão dos gastos.

Espera-se que o aumento dos gastos corresponda ao aumento populacional na medida em que o aumento da arrecadação viabiliza tais gastos. O aumento populacional não pode, no entanto, determinar o comportamento dos gastos públicos porque estes gastos precisam ser financiados para serem executados. Dada a estrutura tributária do federalismo fiscal brasileiro e a baixa capacidade de arrecadação dos municípios, nota-se que o financiamento dos gastos é demasiadamente dependente das transferências governamentais. O valor das transferências é que determina em última instância a magnitude dos gastos. Torna-se importante então que se investigue até que ponto os municípios podem gerar recursos próprios para financiar gastos extras, ou seja, pode-se perguntar até que ponto as demandas sociais que emanam não apenas pelo mero crescimento populacional podem ser atendidas.

Por outro lado, para que o município não incorra em déficit, o investimento deve ser financiado pela poupança pública (S). Definindo poupança como a diferença entre receita total e gasto de custeio, tem-se que a razão entre o valor do investimento e o valor desta poupança (denominado de IS) não pode ultrapassar os 100%. A variável IS representa quantas vezes o gasto com investimento é maior do que os recursos disponíveis para financiá-lo sem endividamento. Valores negativos indicam que a receita não foi suficiente

para cobrir os gastos de investimento, sendo o caso de 17 municípios. Apenas 27 municípios apresentam o confortável valor inferior a 55%, enquanto que 86 apresentam valores maiores que 100%, destacando-se Meruoca com 29.444,15%, Beberibe com 3.640,75%, Tianguá com 2.700,46%, Senador Pompeu com 1.943,92%, Antonina do Norte com 1.285,24% e Aurora com 1.250,27%.

Em resumo, há um certo descompasso entre arrecadação e crescimento de renda, ou seja, o crescimento da arrecadação não cresce suficientemente com a renda para financiar um setor público mais atuante em um município mais rico. Para os municípios mais pobres, a grande participação do setor público está aliada ao financiamento de gastos por meio das transferências.

O aumento do esforço de arrecadação do município não é suficiente para aumentar a carga tributária. Além disso, a ausência de relação entre o valor do saldo sobre a renda e grau de crescimento e desenvolvimento dos municípios indica que o hiato das necessidades oriundas do crescimento da comunidade devem então ser suprido de alguma forma por gastos de outra esfera de governo.

Seguindo a noção de que os gastos públicos, principalmente os de investimento, refletem a importância do setor público como gerador de renda, gera-se a seguir um indicador que sintetize o peso dos gastos públicos no município de maneira sustentável.

3 - INDICADORES SINTÉTICOS

A seção anterior concentrou-se na análise de diversas variáveis que refletiam o impacto dos gastos públicos e a estrutura fiscal dos municípios. Para uma classificação e ordenamento desses indicadores, utiliza-se a seguir o artifício de agregação em indicadores sintéticos. Obtêm-se um indicador sintético para cada grupo de variáveis que reflita a importância econômica do setor público, outro que reflita o caráter empregador e outro que reflita a relevância da geração de infra-estrutura por meio de investimento.

Para calcular estes indicadores, determina-se um valor máximo e um mínimo para cada uma das variáveis e calcula-se o peso de cada município. Este método padroniza a posição do município num intervalo de zero a um, definido pela diferença entre o mínimo e o máximo. Se IND_{ij} é o indicador para o município j com relação à variável X_j , ele pode ser definido como:

$$IND_{ij} = \frac{X_{ij} - \min_j X_{ij}}{\max_j X_{ij} - \min_j X_{ij}}$$

Os indicadores a serem utilizados são definidos de modo arbitrário, onde várias suposições são feitas. Os indicadores parciais são os seguintes:

1) Indicador de Impacto dos Gastos (IIG):

Este indicador parcial inclui o peso dos gastos totais na renda (DTY) e *per capita* (DTn). Assume-se que os municípios com grande despesa pública estão em melhor situação. Maiores gastos são condizentes com um governo mais apto a atender aos anseios da comunidade em termos de infra-estrutura, provisão de bens e serviços. Dado o grau de agregação destas variáveis, não se sabe o caráter de tais gastos no sentido de serem gastos que propiciem o desenvolvimento sustentável. Como os gastos com investimento podem ser considerados os mais importantes, considera-se dois outros indicadores que refletem a constituição dos gastos totais.

2) Indicador de Impacto de Investimento (III):

Este indicador parcial inclui o peso dos investimentos na renda (IY), na despesa total (IDT) e na poupança pública (IS). No grupo dos indicadores com gastos para investimento, espera-se que, quanto maior o peso destes na renda e nas despesas totais melhor. No entanto, quanto maior o peso dos investimentos na poupança pública pior, já que o município se mostra incapaz de financiar seus gastos. Ocorre que

os piores valores para IS são os valores negativos, exigindo-se uma padronização prévia onde estes valores são relativizados como os piores. Para tal, os valores negativos são padronizados tendo como máximo zero e os positivos tendo como mínimo o zero. Toma-se o complementar (1-IS) dos valores negativos padronizados e em seguida procede-se com a padronização do conjunto das observações. Toma-se, então, o complementar desta variável já que se preferem valores menores.

3) Indicador Impacto Gastos de Pessoal (IIP):

Este indicador parcial inclui o gasto de pessoal *per capita* (DPn) e o peso do gasto de pessoal no gasto total (DPDT). Com relação aos indicadores de gastos com pessoal, espera-se, *a priori*, que quanto maior os gastos com pessoal *per capita* melhor.⁴ Deve-se apenar os municípios com maiores gastos relativos com pessoal, já que não sobra recursos para investimento. Toma-se então complemento de DPDT.

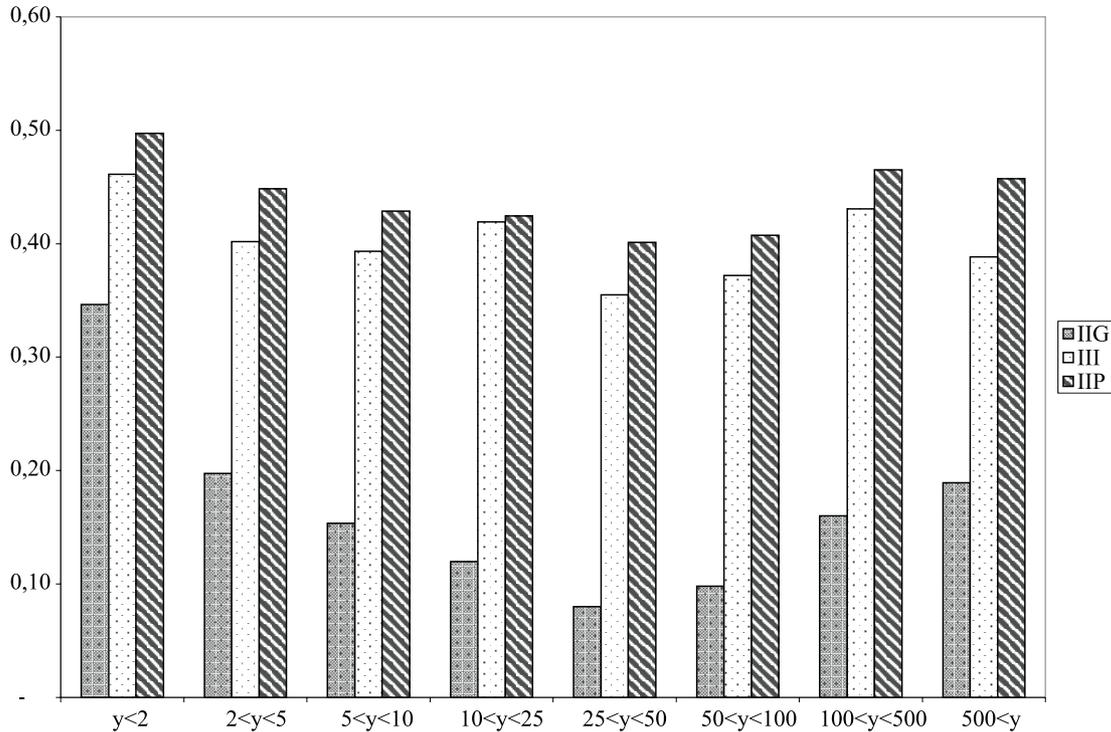
Todos estes indicadores, com a respectiva ordenação dos municípios, encontram-se no apêndice. Como pode ser visualizado no GRÁFICO 5, os municípios de porte médio possuem um fraco poder de propiciar as infra-estruturas sociais, uma vez que se encontram com um baixo nível de impacto econômico. Uma explicação para o descompasso deve-se ao fato de que estes municípios auferem um aumento da renda sem um correspondente aumento na arrecadação, o que os impossibilita de efetuar gastos maiores. A receita de transferência é proporcionalmente menor e a receita tributária não aumenta.

A próxima seção relacionará os indicadores sintéticos com as variáveis que caracterizam a estrutura do federalismo fiscal por meio de estudos econométricos.

⁴ A relação entre gastos com pessoal e renda apresenta caráter controverso, por isso não foi utilizada

GRÁFICO 5

Indicadores Impacto
Media



FONTE: Elaboração do autor.

4 - IMPACTO DA DESCENTRALIZAÇÃO FISCAL

Para melhor compreender as implicações do federalismo, esta seção verifica de que forma a receita tributária, a receita de transferência, a taxa de urbanização e o valor da renda *per capita* afetam os indicadores de impacto econômico e um indicador de ajuste fiscal. A consideração da taxa de urbanização e da renda *per capita* deve-se ao fato de municípios mais urbanizados e mais ricos demandarem mais serviços públicos, forçando um desajuste fiscal e a existência de uma máquina pública maior. Desta forma, tem-se o seguinte modelo a ser estimado:

$$\text{Log}(\text{IND}_j) = a_j + b_{1j}\text{Log}(\text{RTB}) + b_{2j}\text{Log}(\text{RTF}) + b_{3j}\text{Log}(\text{URB}) + b_{4j}\text{Log}(\text{Yn}) + u_j; \\ j=1,2,3$$

Onde $\text{IND}_1 = \text{IIG}$, $\text{IND}_2 = \text{III}$, $\text{IND}_3 = \text{IIP}$ e u_j é o termo aleatório normal.

Por outro lado, o grau de ajuste fiscal é analisado conforme o seguinte modelo:

$$X_j = a_j + b_{1j}\text{RTB} + b_{2j}\text{RTF} + b_{3j}\text{URB} + b_{4j}\text{Yn} + u; j = 4,5$$

Onde $X_4 = \text{SALDO}$ e $X_5 = \text{SALDO Y}$ e u_j é o termo aleatório normal.

Pela possibilidade de heteroscedasticidade, os coeficientes foram estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO), pelos mínimos quadrados considerando-se o estimador consistente de White (MQO-W) e pelos mínimos quadrados ponderados (MQO-P). Considerou-se as despesas totais como peso às equações de ajuste fiscal e do logaritmo das despesas totais para as equações dos indicadores de impacto. Foram também estimadas duas regressões, sendo a do grupo 1 referente à toda amostra e a do grupo 2 referente a toda amostra exceto Fortaleza. Os resultados estão expostos nas

tabelas seguintes, onde os valores abaixo dos coeficientes expressam a estatística t e F-s relaciona a estatística F da regressão:

Percebe-se na TABELA 1 que o impacto dos gastos públicos municipais mantém uma relação negativa com as receitas de transferência e nenhuma relação com as receitas tributárias. O impacto dos gastos, no entanto, diminui com o grau de urbanização dos municípios e cresce com a renda *per capita* no total do Estado. Quando se exclui Fortaleza, o coeficiente do grau de urbanização continua negativo, mas perde poder de explicação. Estes resultados indicam que o setor público municipal tende a não atender às necessidades decorrentes da urbanização devido ao fraco desempenho da arrecadação tributária e o desenho de repartição de receitas. Enquanto as prefeituras de grande importância para a economia local são financiadas pelas receitas de transferências, os municípios de maior renda *per capita* não auferem receitas crescentes condizentes com este crescimento. O não aumento da receita de transferência justifica-se em parte pela regra de composição do Fundo de Participação do Município (FPM) e em parte pelo pequeno aumento da participação na geração do ICMS. Por outro lado, o baixo crescimento das receitas está aliado ao baixo incremento da arrecadação tributária. Note que muito embora, a arrecadação tributária mantenha uma certa correlação com a renda *per capita*, a insignificância dos coeficientes da receita tributária mantém-se quando o modelo estimado não inclui o termo de renda *per capita*.

Os resultados referentes ao impacto com gasto de pessoal (TABELA 2) possuem um comportamento similar aos resultados referentes ao impacto com gastos totais. Uma diferença significativa, no entanto, é verificada na importância das receitas tributárias. Verifica-se agora que os municípios gastam relativamente mais com pessoal na medida em que arrecadam mais⁵.

⁵ Note que a possível correlação entre receita tributária e renda *per capita* não altera a significância dos resultados.

O impacto dos investimentos (TABELA 3) não apresenta relações significativas com as variáveis fiscais e de urbanização. Ele apresenta, no entanto, uma relação negativa com o grau de urbanização. Isto ocorre quando se exclui Fortaleza e se utiliza a ponderação para os mínimos quadrados. Tal constatação indica que a capacidade de o município investir de modo consistente diminui para os municípios mais ricos, não dependendo de receitas. Este resultado deve, no entanto, ser considerado com cautela, dado o seu baixo grau de significância estatística.

Percebe-se na TABELA 4 que a receita tributária incrementa o *superavit* orçamentário das prefeituras, considerando-se Fortaleza ou não, enquanto que a receita de transferência possui um efeito negativo sobre o *superavit*. O impacto positivo da arrecadação tributária é um resultado esperado diferentemente do que ocorre com a receita de transferência. Este resultado demonstra que a sistemática federativa de transferência de recursos tende a reduzir o ajustamento fiscal dos municípios cearenses.

As estimativas da TABELA 4 também mostram que municípios mais ricos em termos de renda *per capita* tendem a possuir orçamentos mais equilibrados, indicando que há uma relação entre nível de riqueza do município e a sua capacidade de efetuar ajuste fiscal. Com relação à urbanização, nota-se que esta também possui um efeito negativo sobre o saldo embora não seja significativa quando se considera Fortaleza. O impacto negativo da urbanização se explica pela pressão que esta exerce sobre as prefeituras sobre incremento dos gastos, deteriorando o ajuste fiscal. A forma como as receitas são distribuídas por transferência não acompanha o crescimento do poder público concomitante ao crescimento da economia do município. Enquanto as transferências compensatórias do FPM se diluem, as transferências do ICMS não aumentam no valor correspondente para manter o nível de gastos.

Quando se considera o valor do saldo orçamentário como proporção da renda do município, apresenta-se uma forte influência da presença de hete-

TABELA 1
LOG(IIG)

	MQO		MQO-W		MQO-P	
	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 1	GRUPO 2
a ₁	4.831*	8.089*	4.831	8.088*	2.946#	6.979*
	(2.680)	(4.325)	(1.563)	(2.671)	(1.671)	(3.754)
b ₁₁	0.076	0.087	0.076	0.087	0.065	0.078
	(1.014)	(1.227)	(1.231)	(1.373)	(0.820)	(1.049)
b ₂₁	-0.560*	-0.827*	-0.598*	-0.827*	-0.469*	-0.762*
	(-4.012)	(-5.471)	(-2.771)	(-4.427)	(-3.119)	(-4.946)
b ₃₁	-0.303**	-0.207	-0.303**	-0.207	-0.339**	-0.202
	(-1.981)	(-1.405)	(-2.091)	(-1.618)	(-2.120)	(-1.317)
b ₄₁	0.358**	0.299**	0.358#	0.299	0.393**	0.334**
	(2.127)	(1.867)	(1.769)	(1.257)	(2.329)	(2.097)
R ²	0.218	0.295	0.218	0.295	0.244	0.334
F-s	11.992*	19.923*	11.992*	17.923*	13.881*	21.45*

FONTE: Elaboração do autor.

* válido a 1%; ** válido a 5%; # válido a 10%.

TABELA 2
LOG(III)

	MQO		MQO-W		MQO-P	
	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 1	GRUPO 2
a ₂	0.813	0.522	0.814	1.059	0.522	0.754
	(0.929)	(0.628)	(1.072)	(1.165)	(0.628)	(0.809)
b ₁₂	0.050	0.047	0.050	0.051	0.047	0.047
	(1.386)	(1.265)	(1.579)	(1.614)	(1.2656)	(1.281)
b ₂₂	-0.071	-0.049	-0.071	-0.088	-0.049	-0.066
	(-0.979)	(-0.696)	(-1.095)	(-1.217)	(-0.697)	(-0.857)
b ₃₂	-0.074	-0.082	-0.074	-0.067	-0.082	-0.074
	(-0.997)	(-1.090)	(-1.048)	(-0.924)	(-1.090)	(-0.966)
b ₄₂	-0.137#	-0.130	-0.137#	-0.141#	-0.131	-0.133#
	(-1.670)	(-1.642)	(-1.932)	(-1.913)	(-1.641)	(-1.676)
R ²	0.034	0.062	0.034	0.037	0.062	0.060
F-s	1.531	2.845**	1.531	1.629	2.847#	2.734**

FONTE: Elaboração do autor.

* válido a 1%; ** válido a 5%; # válido a 10%.

TABELA 3
LOG(IIP)

	MQO		MQO-W		MQO-P	
	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 1	GRUPO 2
a ₃	0.399 (0.907)	1.025** (2.202)	0.399 (0.542)	1.026 (1.288)	0.035 (0.082)	0.802# (1.732)
b ₁₃	0.036# (1.956)	0.038** (2.137)	0.036# (1.869)	0.038** (1.990)	0.034# (1.756)	0.036# (1.958)
b ₂₃	-0.133* (-3.673)	-0.177* (-4.718)	-0.134* (-2.761)	-0.178* (-3.783)	-0.107* (-2.936)	-0.173* (-4.246)
b ₃₃	-0.056 (-1.493)	-0.037 (-1.015)	-0.056# (-1.747)	-0.037 (-1.249)	-0.064# (-1.655)	-0.038 (-0.999)
b ₄₃	0.085** (2.074)	0.074# (1.850)	0.085 (1.497)	0.074 (1.157)	0.089** (2.187)	0.078** (1.976)
R ²	0.127	0.177	0.127	0.177	0.197	0.255
F-s	6.242*	9.165	6.243*	9.165*	10.541*	14.674*

FONTE: Elaboração do autor.

* válido a 1%; ** válido a 5%; # válido a 10%.

TABELA 4
SALDO

	MQO		MQO-W		MQO-P	
	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 1	GRUPO 2
a ₄	88340.5 (0.860)	6950.3 (0.057)	88340.5 (0.694)	6950.3 (0.078)	27083.9 (0.100)	1003862* (3.802)
b ₁₄	0.382* (6.663)	-0.125 (-0.301)	0.382** (2.437)	-0.125 (-0.158)	0.787* (13.531)	3.131* (10.327)
b ₂₄	-0.161* (-8.350)	-0.134* (-4.617)	-0.161* (-3.055)	-0.134* (-2.681)	-0.299* (-14.702)	-0.424* (-17.916)
b ₃₄	-3764.2 (-1.647)	-3038.7 (-1.290)	-3764.2* (-1.097)	-3038.7 (-0.818)	-3653.8 (-0.734)	-19976.9* (-4.194)
b ₄₄	191.76* (3.275)	204.38* (3.444)	191.76 (1.543)	204.38 (1.544)	703.34* (18.267)	739.99* (22.122)
R ²	0.708	0.415	0.708	0.415	0.999	0.918
F-s	104.411*	30.281*	104.411*	30.281*	124555.6*	480.30*

FONTE: Elaboração do autor.

* válido a 1%; ** válido a 5%; # válido a 10%.

TABELA 5
SALDO Y

	MQO		MQO-W		MQO-P	
	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 1	GRUPO 2
a ₅	-0.014* (-3.595)	-0.015* (-3.243)	-0.014* (-3.897)	-0.015* (-3.285)	-0.017* (-4.061)	-0.008# (-1.915)
b ₁₅	1.31E-09 (0.610)	-5.1E-09 (-0.327)	1.31E-09 (0.980)	-5.06E-09 (-0.438)	1.57E-09# (1.7936)	2.08E-08* (4.077)
b ₂₅	-4.14E-10 (-0.577)	-7.7E-11 (-0.071)	-4.14E-10 (-0.912)	-7.69E-11 (-0.110)	-4.93E-10 (-1.611)	-1.15E-09* (-3.811)
b ₃₅	1.34E-05 (-0.157)	2.25E-05 (-0.255)	1.34E-05 (0.150)	2.25E-05 (0.234)	-1.58E-06 (-0.021)	-0.001# (-1.691)
b ₄₅	2.49E-06 (1.140)	2.65E-06 (1.192)	2.49E-06** (2.455)	2.65E-06 (2.524)	3.37E-06* (5.822)	3.67E-06* (6.522)
R ²	0.009	0.009	0.009	0.009	0.530	0.505
F-s	0.433	0.387	0.433	0.387	48.506*	43.623*

FONTE: Elaboração do autor.

* válido a 1%; ** válido a 5%; # válido a 10%.

rocesdasticidade. A análise anterior continua válida para receita tributária, renda *per capita* e taxa de urbanização. A receita de transferência torna-se significativa apenas para a amostra sem Fortaleza.

Resumindo, a análise acima mostra que a receita tributária incrementa o indicador de impacto de gastos com pessoal e o saldo orçamentário. A receita de transferência possui efeito negativo sobre o indicador de impacto de gastos com pessoal, sobre o indicador de impacto dos gastos totais e sobre o saldo orçamentário. A renda *per capita* possui um efeito positivo sobre o indicador de impacto de gastos com pessoal, sobre o indicador de impacto dos gastos totais, sobre o saldo orçamentário e um efeito negativo sobre o indicador de impacto de investimento sustentável. Quando significativa, a taxa de urbanização possui um efeito negativo sobre todas as variáveis.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumindo-se que as aspirações da coletividade com relação ao papel do setor público aumentam com o desenvolvimento econômico, o governo municipal deve intervir mais diretamente como provedor de infra-estrutura social e econômica. Observa-

se para os municípios do Estado do Ceará, no entanto, que os gastos totais, os gastos de investimento público e os gastos pessoal são relativamente menores para municípios maiores. Isto indica que os gastos públicos apresentam-se superdimensionados para os municípios mais pobres e quase que irrelevantes para os municípios mais ricos. Note que este resultado se verifica muito embora a renda *per capita* possua um efeito positivo sobre o indicador de impacto de gastos com pessoal, sobre o indicador de impacto dos gastos totais e sobre o saldo orçamentário.

Com relação às receitas, tem-se que as prefeituras não gastam mais porque não possuem recursos para financiar tais gastos. O grosso das receitas de transferência não acompanha o crescimento dos municípios e as receitas tributárias aumentam sua participação na receita total mas não são capazes de crescer o suficiente para pagar os gastos. Isto gera pressão para o incremento de *déficit* orçamentário em municípios maiores.

As transferências estão inversamente correlacionadas com os indicadores de impacto econômico, mostrando que o tamanho do setor público municipal não é mantido pelo volume de transferências

e que o incremento da quota do ICMS não compensa a queda do FPM. O inverso ocorre com as receitas tributárias.

Por outro lado, a estrutura das transferências, que deve suprir os municípios mais pobres com algum padrão de gasto mínimo, prejudica o ajuste das contas públicas municipais. A forma com que o federalismo fiscal do Brasil distribui as obrigações de arrecadação e os direitos à transferência não beneficia o ajuste fiscal dos municípios cearenses. Esta conclusão está baseada no fato de que os municípios com maior arrecadação tributária própria tenderem a ser os municípios que apresentam melhores índices de ajustamento fiscal, enquanto que os municípios com maior receita de transferência tendem a apresentar piores índices de ajustamento fiscal. Uma vez que a arrecadação só se torna significativa para os mais ricos, o federalismo induz que a grande maioria dos municípios sejam financiados com receitas de transferência. Essa grande maioria possui grandes problemas de ajuste fiscal.

Note que o peso dos gastos municipais deve ser compensado por gastos de outras esferas de governo. Este impacto é de fundamental importância e deve ser investigado em outra oportunidade. Por outro lado, uma relação de causalidade entre crescimento municipal e gastos públicos não foi estudada neste trabalho, ficando para outra oportunidade.

Abstract

This paper investigates the relationship between the Brazilian fiscal structure and the capacity of Ceará municipalities on spending without deficit. We show that the revenue from transference tends to decrease the importance of total spending and spending with public servant on the municipality income, and to increase the budget deficit. The tax revenue tends to increase the importance of total spending and spending with public servant on the municipality income, and to decrease the budget deficit. This implies that the current tax structure and the distribution of fiscal revenue tends to mitigate the capacity of larger municipalities of Ceará to fulfill the communities increa-

sing public needs.

Key-Words:

Fiscal Federalism; Public Finance of Municipalities; Economic Indicator; Fiscal Decentralization.

6 – BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBUQUERQUE, Roberto, VILLELA, Renato. Padrões de desempenho e relações estruturais de desenvolvimento. In: ALBUQUERQUE, Roberto (Org.). **O Brasil social: realidade, desafios, opções**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. p. 281-327.

JORGE-NETO, Paulo. Os municípios e a questão fiscal. In: **Macrozoneamento do estado do Ceará**. Fortaleza, 1998. (Mimeogr.).

IPLANCE. **Perfil básico municipal**. Fortaleza, 1999. Versão em cd room.

MADDALA, G. **Introduction to econometrics**. New York: Macmillan, 1988

MARINHO, Emerson, JORGE-NETO, Paulo. Gastos públicos e condições de vida nos municípios do estado do Ceará. **Revista de Administração Pública**, v. 33, n. 3, p. 139-160, 1999.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 1986.

UNDP. **Relatório do desenvolvimento humano 1997**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.undp.org.br>. Arquivo capturado em out. 1998.

Recebido para publicação em 30.AGO.2000.

TABELA 1
INDICADOR IMPACTO GASTOS - IIG

MUNICÍPIO	IIG	ORD	MUNICÍPIO	IIG	ORD
Granjeiro	0.76	1	Pacatuba	0.30	41
Miraíma	0.65	2	Senador Pompeu	0.29	42
Tejuçuoca	0.64	3	Palhano	0.29	43
Antonina do Norte	0.61	4	Catarina	0.29	44
Pacujá	0.55	5	Capistrano	0.28	45
Tarrafas	0.55	6	Pereiro	0.28	46
General Sampaio	0.51	7	Jati	0.28	47
Ererê	0.50	8	Itaicaba	0.28	48
Moraújo	0.49	9	Alcantaras	0.28	49
Graca	0.48	10	Frecheirinha	0.28	50
Arneiroz	0.47	11	Umari	0.28	51
Pires Ferreira	0.46	12	Groaíras	0.27	52
Deputado Irapuã Pinheiro	0.46	13	Potiretama	0.27	53
Guaramiranga	0.45	14	Sao Luís do Curu	0.26	54
Senador Sá	0.44	15	Caridade	0.26	55
Altaneira	0.42	16	Icapuí	0.25	56
Potengi	0.42	17	Ibicutinga	0.25	57
Ibaretama	0.41	18	Fortaleza	0.24	58
Palmácia	0.39	19	Saboeiro	0.23	59
Nova Russas	0.38	20	Banabuiú	0.23	60
Choró	0.38	21	Penaforte	0.23	61
Paramoti	0.36	22	Martinópolis	0.23	62
Iracema	0.36	23	Marco	0.23	63
Aiuaba	0.35	24	Pacoti	0.23	64
Fortim	0.35	25	Catunda	0.22	65
Jaguaribara	0.35	26	Madalena	0.22	66
Aratuba	0.34	27	Aracoiaba	0.22	67
Baixio	0.33	28	Araripe	0.22	68
Eusébio	0.33	29	Ipaumirim	0.22	69
Itapiúna	0.32	30	Carnaubal	0.21	70
Uruoca	0.32	31	Santa Quitéria	0.21	71
Pindoretama	0.32	32	Barroquinha	0.21	72
Mulungu	0.31	33	Cedro	0.20	73
Solonópolis	0.31	34	Quixeré	0.20	74
Milhã	0.31	35	Quixadá	0.20	75
Meruoca	0.31	36	Cariús	0.19	76
Ipaporanga	0.31	37	Jaguaretama	0.19	77
Piquet Carneiro	0.30	38	Forquilha	0.19	78
Maracanaú	0.30	39	Ararendá	0.19	79
Poranga	0.30	40	Morrinhos	0.19	80

MUNICÍPIO	IIG	ORD	MUNICÍPIO	IIG	ORD
Gijoca de Jericoacoara	0.19	81	Aquiraz	0.12	125
Salitre	0.19	82	Acarau	0.12	126
Cruz	0.19	83	Nova Olinda	0.11	127
Uruburetama	0.19	84	Ipueiras	0.11	128
Mucambo	0.19	85	Icó	0.11	129
Juazeiro do Norte	0.19	86	Mauriti	0.10	130
Aurora	0.18	87	Umirim	0.10	131
Chaval	0.18	88	Baturité	0.10	132
Reriutaba	0.18	89	Ocara	0.10	133
Guaiúba	0.18	90	Irauçuba	0.10	134
Santana do Cariri	0.18	91	Parambu	0.10	135
São João do Jaguaribe	0.18	92	Crato	0.10	136
Horizonte	0.18	93	Maranguape	0.10	137
Santana do Acaraú	0.17	94	Paraipaba	0.10	138
Mombaça	0.17	95	Redenção	0.09	139
Abaiara	0.17	96	Tabuleiro do Norte	0.09	140
Chorozinho	0.17	97	Itarema	0.09	141
Jaguaribe	0.16	98	Pacajus	0.09	142
Monsenhor Tabosa	0.16	99	Barreira	0.09	143
Apuiarés	0.16	100	Cascavel	0.09	144
Tamboril	0.16	101	Quixeramobim	0.08	145
Assaré	0.16	102	Itapajé	0.08	146
Coreaú	0.16	103	Jardim	0.08	147
Varjota	0.15	104	Iguatu	0.08	148
Milagres	0.15	105	Tianguá	0.08	149
Guaraciaba do Norte	0.14	106	Russas	0.08	150
Alto Santo	0.14	107	Novo Oriente	0.08	151
Pentecoste	0.14	108	Massapê	0.07	152
Trairi	0.14	109	Amontada	0.07	153
Croata	0.14	110	Boa Viagem	0.07	154
Porteiras	0.14	111	Várzea Alegre	0.07	155
Beberibe	0.14	112	Campos Sales	0.07	156
Paracuru	0.13	113	Limoeiro Do Norte	0.07	157
Acopiara	0.13	114	Pedra Branca	0.06	158
Ubajara	0.13	115	São Gonçalo do Amarante	0.06	159
Barro	0.13	116	Ibiapina	0.06	160
Orós	0.13	117	Canindé	0.05	161
Acarape	0.13	118	Bela Cruz	0.05	162
Caririacu	0.13	119	Itaitinga	0.05	163
Jucás	0.12	120	São Benedito	0.05	164
Independência	0.12	121	Ipu	0.05	165
Aracati	0.12	122	Caucaia	0.05	166
Cariré	0.12	123	Barbalha	0.04	167
Farias Brito	0.12	124	Granja	0.04	168

MUNICÍPIO	IIG	ORD	MUNICÍPIO	IIG	ORD
Missão Velha	0.04	169	Viçosa Do Ceara	0.02	174
Jaguaruana	0.03	170	Tauá	0.02	175
Brejo Santo	0.03	171	Morada Nova	0.02	176
Itapipoca	0.02	172	Camocim	0.02	177
Sobral	0.02	173			

FONTE: Elaboração do autor.

TABELA 2
INDICADOR IMPACTO INVESTIMENTOS - III

MUNICÍPIO	III	ORD	MUNICÍPIO	III	ORD
Miraíma	0.8849	1	Granja	0.4867	34
Salitre	0.7487	2	Crato	0.4823	35
Senador Sá	0.7323	3	Acaraú	0.4789	36
Catarina	0.6992	4	Senador Pompeu	0.4786	37
Paramoti	0.6855	5	Pires Ferreira	0.4766	38
Choró	0.6761	6	Milhã	0.4732	39
Granjeiro	0.6705	7	Santana do Cariri	0.4712	40
Nova Russas	0.6609	8	Quixeramobim	0.4695	41
Trairi	0.6564	9	Piquet Carneiro	0.4695	42
Santa Quitéria	0.6517	10	Ubajara	0.4649	43
Solonópole	0.6471	11	Ipueiras	0.4617	44
Arneiroz	0.6067	12	Antonina do Norte	0.4599	45
Pacujá	0.5981	13	Itaiçaba	0.4554	46
Reriutaba	0.5944	14	Martinópole	0.4550	47
Ererê	0.5920	15	Palmácia	0.4543	48
Juazeiro do Norte	0.5789	16	Guaramiranga	0.4537	49
Tarrafas	0.5564	17	Aurora	0.4536	50
Aiuaba	0.5547	18	Acopiara	0.4471	51
Penaforte	0.5523	19	Barro	0.4457	52
Pindoretama	0.5516	20	São João do Jaguaribe	0.4420	53
Aracoiaba	0.5471	21	Várzea Alegre	0.4401	54
Gijoca de Jericoacoara	0.5410	22	Ibaretama	0.4397	55
Pereiro	0.5384	23	Pacoti	0.4387	56
Cedro	0.5368	24	Ararendá	0.4373	57
Tamboril	0.5343	25	Madalena	0.4371	58
Horizonte	0.5220	26	Canindé	0.4364	59
Banabuiú	0.5154	27	Mauriti	0.4359	60
Itarema	0.5138	28	Tabuleiro do Norte	0.4353	61
Tejuçuoca	0.5130	29	Altaneira	0.4351	62
Irauçuba	0.5081	30	Uruoca	0.4350	63
Guaraciaba do Norte	0.5066	31	Frecheirinha	0.4343	64
São Benedito	0.5045	32	Amontada	0.4324	65
Cruz	0.4972	33	Forquilha	0.4316	66

MUNICÍPIO	III	ORD	MUNICÍPIO	IIG	ORD
Pentecoste	0.4303	67	Assaré	0.3839	111
Pacajus	0.4285	68	Viçosa do Ceará	0.3835	112
Eusebio	0.4276	69	Acarape	0.3833	113
Araripe	0.4263	70	Morada Nova	0.3832	114
Abaiara	0.4257	71	Missão Velha	0.3830	115
Iguatu	0.4242	72	Itapipoca	0.3825	116
Carnaubal	0.4228	73	Catunda	0.3814	117
General Sampaio	0.4212	74	Itapiuna	0.3813	118
Ipaumirim	0.4206	75	Ipaporanga	0.3805	119
Icó	0.4194	76	Jaguaribara	0.3803	120
Poranga	0.4167	77	Uruburetama	0.3802	121
Caucaia	0.4129	78	Cariré	0.3798	122
Caririaçu	0.4124	79	Monsenhor Tabosa	0.3796	123
Bela Cruz	0.4120	80	Tauá	0.3793	124
Chorozinho	0.4097	81	Novo Oriente	0.3772	125
Brejo Santo	0.4089	82	Ibicuitinga	0.3765	126
Alcântaras	0.4086	83	Itapajé	0.3762	127
Boa Viagem	0.4083	84	Jardim	0.3748	128
Independência	0.4079	85	Ocara	0.3746	129
Potiretama	0.4078	86	Paracuru	0.3738	130
Mulungu	0.4078	87	Ibiapina	0.3725	131
Aratuba	0.4077	88	São Luís do Curu	0.3724	132
Farias Brito	0.4054	89	São Gonçalo do Amarante	0.3714	133
Fortaleza	0.4049	90	Palhano	0.3709	134
Nova Olinda	0.4043	91	Iracema	0.3706	135
Maranguape	0.4014	92	Sobral	0.3705	136
Cariús	0.4001	93	Icapuí	0.3703	137
Marco	0.3995	94	Massapê	0.3687	138
Quixadá	0.3987	95	Croatá	0.3660	139
Porteiras	0.3986	96	Caridade	0.3614	140
Santana do Acaraú	0.3967	97	Itaitinga	0.3608	141
Cascavel	0.3963	98	Umari	0.3599	142
Apuiarés	0.3956	99	Jati	0.3594	143
Jaguaretama	0.3954	100	Baturité	0.3546	144
Jaguaribe	0.3943	101	Guaiúba	0.3539	145
Deputado Irapuã Pinheiro	0.3936	102	Orós	0.3534	146
Saboeiro	0.3906	103	Limoeiro do Norte	0.3529	147
Capistrano	0.3901	104	Varjota	0.3522	148
Maracanaú	0.3894	105	Umirim	0.3515	149
Camocim	0.3888	106	Mucambo	0.3512	150
Russas	0.3853	107	Paraipaba	0.3504	151
Barreira	0.3847	108	Alto Santo	0.3500	152
Baixio	0.3847	109	Jucás	0.3480	153
Campos Sales	0.3840	110	Redenção	0.3453	154

MUNICÍPIO	III	ORD	MUNICÍPIO	III	ORD
Barroquinha	0.3425	155	Beberibe	0.1886	167
Pedra Branca	0.3425	156	Quixeré	0.1795	168
Barbalha	0.3398	157	Mombaça	0.1789	169
Ipu	0.3357	158	Moraújo	0.1729	170
Chaval	0.3021	159	Morrinhos	0.1662	171
Tianguá	0.2906	160	Aquiraz	0.1615	172
Potengi	0.2896	161	Aracati	0.1613	173
Meruoca	0.2636	162	Coreaú	0.1520	174
Graça	0.2429	163	Jaguaruana	0.1338	175
Fortim	0.2235	164	Groaíras	0.1033	176
Pacatuba	0.2222	165	Milagres	0.0833	177
Parambu	0.1954	166			

FONTE: Elaboração do autor.

TABELA 3
INDICADOR IMPACTO GASTOS PESSOAL - IIP

MUNICÍPIO	IIP	ORD	MUNICÍPIO	IIP	ORD
Antonina do Norte	0.70	1	Fortaleza	0.53	27
Pacujá	0.65	2	Mulungu	0.53	28
Fortim	0.62	3	Potiretama	0.53	29
Eusébio	0.62	4	Santa Quitéria	0.53	30
Iracema	0.60	5	Martinópolis	0.53	31
Maracanaú	0.60	6	Paramoti	0.53	32
Moraújo	0.59	7	Pereiro	0.52	33
Guaramiranga	0.59	8	Senador Sá	0.52	34
Potengi	0.59	9	Milhã	0.52	35
Altaneira	0.58	10	Itaíçaba	0.52	36
Nova Russas	0.58	11	Banabuiú	0.52	37
Arneiroz	0.57	12	Groaíras	0.51	38
General Sampaio	0.57	13	São Luís do Curu	0.51	39
Miraíma	0.56	14	Tarrafas	0.51	40
Pindoretama	0.56	15	Marco	0.51	41
Jati	0.56	16	Penaforte	0.51	42
Palmácia	0.55	17	Solonópolis	0.51	43
Jaguaribara	0.55	18	Ipaumirim	0.51	44
Ererê	0.54	19	Baixio	0.50	45
Granjeiro	0.54	20	Tejuçuoca	0.50	46
Itapiúna	0.54	21	Ipaporanga	0.50	47
Senador Pompeu	0.54	22	Ibaretama	0.50	48
Choró	0.54	23	Juazeiro do Norte	0.50	49
Icapuí	0.54	24	Uruoca	0.50	50
Palhano	0.53	25	Acaraú	0.50	51
Frecheirinha	0.53	26	Cedro	0.49	52

MUNICÍPIO	IIP	ORD	MUNICÍPIO	IIP	ORD
Pires Ferreira	0.49	53	Ubajara	0.44	97
Capistrano	0.49	54	Umari	0.44	98
Piquet Carneiro	0.49	55	Acopiara	0.44	99
Aracoiaba	0.49	56	Alto Santo	0.44	100
Horizonte	0.49	57	Reritaba	0.44	101
Poranga	0.49	58	Pentecoste	0.43	102
Aiuaba	0.49	59	Chorozinho	0.43	103
Uruburetama	0.49	60	Cariré	0.43	104
São Benedito	0.49	61	Aquiraz	0.43	105
Pacatuba	0.48	62	Milagres	0.43	106
Santana do Acaraú	0.48	63	Varjota	0.43	107
Iguatu	0.48	64	Tabuleiro do Norte	0.43	108
Deputado Irapuã Pinheiro	0.48	65	Icó	0.42	109
Croatá	0.48	66	Itapajé	0.42	110
Jaguaribe	0.48	67	Apuiarés	0.42	111
Aratuba	0.47	68	Forquilha	0.42	112
Quixadá	0.47	69	Ipu	0.42	113
Abaiara	0.47	70	Mombaça	0.42	114
Gijoca de Jericoacoara	0.47	71	Jardim	0.42	115
São João do Jaguaribe	0.47	72	Santana do Cariri	0.42	116
Barreira	0.47	73	Acarape	0.41	117
Catarina	0.47	74	Morada Nova	0.41	118
Cruz	0.47	75	Ararendá	0.41	119
Jaguaretama	0.47	76	Independência	0.41	120
Salitre	0.47	77	Guaiúba	0.41	121
Madalena	0.47	78	Monsenhor Tabosa	0.41	122
Granja	0.47	79	Aracati	0.41	123
Pacoti	0.46	80	Umirim	0.40	124
Trairi	0.46	81	Coreaú	0.40	125
Saboeiro	0.46	82	Chaval	0.40	126
Quixerê	0.46	83	Farias Brito	0.40	127
Morrinhos	0.46	84	Tianguá	0.40	128
Meruoca	0.46	85	Parambu	0.40	129
Paracuru	0.46	86	Caririaçu	0.40	130
Ibicuitinga	0.45	87	Cascavel	0.40	131
Aurora	0.45	88	Pacajus	0.39	132
Alcântaras	0.45	89	Orós	0.39	133
Araripe	0.45	90	Caridade	0.39	134
Carnaubal	0.45	91	Limoeiro do Norte	0.39	135
Graça	0.45	92	Tamboril	0.39	136
Barro	0.45	93	Barroquinha	0.39	137
Crato	0.45	94	Cariús	0.39	138
Guaraciaba do Norte	0.45	95	Ibiapina	0.39	139
Catunda	0.44	96	Irauçuba	0.38	140

MUNICÍPIO	III	ORD	MUNICÍPIO	III	ORD
Jucás	0.38	141	Massapê	0.36	160
Mucambo	0.38	142	Redenção	0.36	161
Campos Sales	0.38	143	Barbalha	0.35	162
Amontada	0.38	144	Tauá	0.35	163
Itarema	0.38	145	Itaitinga	0.35	164
Beberibe	0.38	146	Caucaia	0.33	165
Maranguape	0.37	147	Brejo Santo	0.33	166
Ipueiras	0.37	148	Jaguaruana	0.33	167
Nova Olinda	0.37	149	Novo Oriente	0.33	168
Missão Velha	0.37	150	Pedra Branca	0.33	169
Viçosa do Ceará	0.37	151	Camocim	0.33	170
Paraipaba	0.37	152	São Gonçalo do Amarante	0.32	171
Mauriti	0.37	153	Canindé	0.32	172
Russas	0.37	154	Quixeramobim	0.32	173
Porteiras	0.37	155	Itapipoca	0.30	174
Boa Viagem	0.36	156	Várzea Alegre	0.29	175
Assaré	0.36	157	Bela Cruz	0.27	176
Baturité	0.36	158	Sobral	0.24	177
Ocara	0.36	159			

FONTE: Elaboração do autor.



Todos participam, todos se comprometem, todo fazem a sua parte. A começar pelo Banco do Nordeste.

Em 1955 municípios nordestinos está brilhando a luz do Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste. Um espaço empresarial que reúne instituições públicas e empresas privadas, lideranças comunitárias e todas as pessoas que podem atuar no processo de desenvolvimento integrado. Juntos, eles discutem, priorizam e executam ações que facilitam a vida de quem produz ou quer produzir. Dessas reuniões, têm nascido estradas, ampliação da rede de energia e formações de cooperativas. Tem chegado mais crédito para tocar os negócios e capacitação para tornar a economia da

Região mais competitiva. Têm aparecido novas idéias e muitas soluções para o crescimento regional. É a comunidade local decidindo os rumos do próprio desenvolvimento. Informe-se sobre a próxima reunião do Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste no seu município. Ou ligue grátis para o serviço Cliente Consulta do Banco do Nordeste 0800 783030.



Cliente Consulta 0800-78-3030 • clienteconsulta@banconordeste.gov.br • www.banconordeste.gov.br